DA PRODUÇÃO À REPRODUÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE FEMINISMOS E MARXISMO

FROM PRODUCTION TO REPRODUCTION: DIALOGUES BETWEEN FEMINISMS AND MARXISM

Jéssica Omena Valmorbida [1]

Resumo: Este artigo pretende mapear – tendo como referência os trabalhos sobretudo de Nancy Fraser, Seyla Benhabib, Rahel Jaeggi, Cinzia Aruzza, Titi Bhattacharya – como a adoção dos vieses de gênero e raça, que permitiram desvelar o trabalho de cuidado como condição necessária para manutenção do capitalismo, levou a renovação e renegociação das alianças entre marxismo e feminismo. O desvelamento das relações de cuidado tem sido importante não só para a reinserção das mulheres negras e racializadas nos espaços de ação política e produção epistêmica, mas por possibilitar a renovação e ampliação dos diagnósticos do capitalismo, bem como oferecer novos eixos em torno dos quais se organizam as lutas anticapitalistas no século XXI.
Palavras-chave: Feminismo; Marxismo; Teoria Crítica.

Abstract: This article intends to map - having mainly as reference the works of Nancy Fraser, Seyla Benhabib, Rahel Jaeggi, Cinzia Aruzza, Titi Bhattacharya - as the adoption of gender and race bias, which allowed to reveal the care work as a necessary condition for maintenance of capitalism, led to the renewal and renegotiation of alliances between Marxism and feminism. The unveiling of care relationships has been important not only for the reintegration of black and racialized women into spaces for political action and epistemic production, but also for enabling the renewal and expansion of capitalism's diagnoses, as well as offering new axes around which organize anti-capitalist struggles in the 21st century.
Keywords: Feminism; Marxismo; Critical Theory.

INTRODUÇÃO

No último quartel de século as teorias feministas tiveram papel decisivo nos caminhos pelos quais se desenvolveu a Teoria Crítica. Em um contexto político pós-socialista no qual as energias utópicas pareciam drenadas, os feminismos teórico e prático revigoram as aspirações emancipatórias de orientação marxista. Quando a Teoria Crítica perde seu referencial empírico, os feminismos representam um o espaço produtivo de resistência e proposição que nos permite continuar a ver "potenciais emancipatórios inscritos no real". Mesmo diante da multiplicação das reivindicações e frentes de luta e sem quaisquer pretensões de ocupar o papel antes atribuído ao movimento operário – mas se aliando a ele – os movimentos

[1] Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo – USP, Brasil.

feministas têm sido um dos principais eixos em torno dos quais se organizam as lutas políticas contemporâneas

Partindo da teoria de Marx, uma Teoria Crítica deve, de um lado, ser capaz de oferecer um diagnóstico crítico fundamentado nas tendências de crise e nas patologias sociais do presente e, de outro, vislumbrar uma utopia antecipatória, capaz de traçar caminhos para uma transformação futura (BENHABIB, 1986). As teorias feministas contribuem profundamente para essa tarefa: desenvolvem uma análise diagnóstica explicativa da opressão das mulheres ao longo da história, cultura e sociedades, que permite articular uma crítica utópica-antecipatória das normas e valores de nossa sociedade e cultura atuais – que permitem projetar novos modos de estar juntos, de nos relacionarmos conosco e com a natureza no futuro (BENHABIB, 1992, p.152).

As revisões protagonizadas por teóricas feministas propiciaram uma virada Gestalt no interior do marxismo e da Teoria Crítica que dele se segue, ao trazerem para o primeiro plano as relações de reprodução – que são profundamente coloridas por gênero e raça – ignoradas por grande parte das análises clássicas. Desde então, o combate à "cegueira de gênero" e de raça tem sido importante não só para a reinserção das mulheres negras e racializadas nos espaços de ação política e produção epistêmica, mas por possibilitar a renovação e ampliação dos diagnósticos do capitalismo em sua versão contemporânea e de suas patologias.

É sob esse pano de fundo que este artigo pretende mapear – tendo como referência os trabalhos sobretudo de Nancy Fraser, Seyla Benhabib, Rahel Jaeggi, Cinzia Aruzza, Titi Bhattacharya – como a adoção dos vieses de gênero e raça, que permitiram desvelar o trabalho de cuidado como condição necessária para manutenção do capitalismo, levou a renovação e a renegociação das alianças entre marxismo e feminismo.

Após expor rapidamente a concepção de força de trabalho em Marx, na primeira seção analisamos aquilo que as teorias feministas apontaram como "mudança do paradigma da produção para o da reprodução. O desvelamento do trabalho de cuidado – chamado também de trabalho de reprodução, afetivo ou de subjetivação – como condição de manutenção do capitalismo, leva a uma ampliação de seu diagnóstico: enquanto a economia formal é vista como espaço da produção de bens e serviços, a força de trabalho é produzida fora do âmbito da economia formal sem nenhum custo para o capital. Assim, na segunda seção, apresentamos o diagnóstico de Nancy Fraser sobre o capitalismo, segundo a qual "a sociedade não pode ser mercantilizada até o fim", pois depende de condições de fundo não econômicas para se sustentar. No marxismo clássico, os trabalhadores são os protagonistas paradigmáticos da luta de classes e essa posição invisibilizaria as lutas em torno do trabalho não assalariado e não expropriado. Nesse sentido, na terceira seção, apontamos como as novas lutas políticas emergem dos espaços de fronteira entre as instâncias econômicas e não econômicas da sociedade, das negociações entre as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo e, assim, propõem uma ampliação do

conceito de classe social tal como posto no marxismo clássico.

DO PARADIGMA DA PRODUÇÃO AO PARADIGMA DA REPRODUÇÃO

Tomar a obra de Marx como ponto de partida não significa reproduzir suas análises, mas assumir a tarefa de atualizá-las e pensar o tempo presente. É premissa compartilhada entre as teóricas contemporâneas que as categorias fundamentais da teoria social marxista ainda são muito coloridas pela experiência do capitalismo do século XIX e que, para que se mantenham profícuas para as análises das crises nas sociedades contemporâneas, precisam passar por reformulações e ajustes. Nesse sentido, teóricas feministas rompem com as caracterizações e previsões marxianas forjadas a partir de seu tempo histórico – mas ainda mantêm seu princípio crítico.

Se o capitalismo é uma forma histórica que se caracteriza por organizar toda a vida social em torno do mercado, a compreensão das sociedades passa necessariamente pela compreensão daquele. Em Marx, o mercado no capitalismo não é simplesmente um elemento social entre outros, mas sim o centro para o qual convergem todas as relações de produção. Assim, uma análise social não pode prescindir da análise da mercadoria e de seus processos de produção.

Em Marx, a força de trabalho, tomada em si mesma, considerada na perspectiva de universalidade é entendida como o "complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo." (MARX, 2015). Ela constitui uma totalidade que une todas as capacidades humanas que podem ser associadas à produção de quaisquer utilidades – ou os valores de uso. Contudo, o capitalismo inaugura a força de trabalho enquanto mercadoria.

Na seção "compra e venda da força de trabalho", Marx discorre sobre como a força de trabalho se transforma em mercadoria e, consequentemente, como se constitui seu o valor. A especificidade da força de trabalho é a de que, sendo a única capaz de produzir outras mercadorias, é também a única capaz de produzir um valor maior do que ela mesma custa. O valor da força de trabalho no capitalismo – posto sob a categoria salário –, por sua vez, é a soma das mercadorias necessárias à reprodução desta. O salário é, então, um montante de dinheiro mínimo necessário para que essa força de trabalho se reproduza e esteja apta diariamente ao trabalho. Ora, nesse processo, as relações de cuidado, necessárias para a reprodução dos trabalhadores, não entram no cálculo. E é aqui que teóricas feministas apontam o déficit de gênero nas análises marxistas sobre a força de trabalho em si e seu valor.

A criação de mercadorias e de valor, bem como sua apropriação por parte dos capitalistas designa a essência do capitalismo e, sem ela, o sistema capitalista colapsaria. Nesse contexto, é válido recolocar a questão de Titi Bhattacharya:

se a força de trabalho produz valor, como a própria força de trabalho é produzida? (BHATTACHARYA, 2013). Certamente os trabalhadores não são, como Hobbes desejava, cogumelos que brotam do chão espontaneamente (MOLESWORTH, 1966, P.109). Mas, dependem, antes, de uma série de cuidados para se colocarem novamente em condições de trabalho.

Teóricas feministas argumentam que a primazia da classe no interior da teoria marxiana colaborou para o ocultamento das atividades de reprodução[2] – e a narrativa de que os trabalhadores no capitalismo se reproduzem consumindo os bens comprados com o salário é só uma das evidências. Nesse sentido, propõem um alargamento do diagnóstico do capitalismo ao incluir formas não remuneradas de trabalho e ao oferecer uma proposição sobre qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo. Sob essa orientação, reforçam que a subordinação de gênero não se deve à natureza improdutiva do trabalho de reprodução, mas ao fato de não ser que é vista como um serviço pessoal ou um exercício de afeto – enquanto o capital se aproveita da condição não assalariada do trabalho envolvido (FEDERICI, 2017).

É pela releitura de *O Capital* de Marx que teóricas feministas protagonizaram uma mudança de paradigma da produção para a reprodução. A força de trabalho enquanto mercadoria, pilar central do sistema capitalista, se produz e reproduz em instâncias não econômicas, em que vigoram relações de parentesco e afeto: as famílias. Chamada de maneira variada de 'reprodução', 'cuidado', 'trabalho afetivo' ou 'subjetivação', essa atividade é responsável pela formação de sujeitos no capitalismo, "sustentando-os como seres naturais corporificados, ao mesmo tempo que os constitui como seres sociais, formando seu *habitus* e o *ethos* cultural em que se movem" (FRASER, 2016, p.101). Em linhas gerais, a força de trabalho é reproduzida por três processos que se inter-relacionam. A reprodução se caracteriza i) por atividades que mantém aos *não trabalhadores* ou aqueles que estão fora do processo de produção, seja a formação de crianças ou o cuidado com idosos. Se caracteriza também pela ii) regeneração da força de trabalho, mediante nutrição, descanso e mesmo cuidado com a instância psíquica. Por fim,

[2] Ainda que não nos interesse desenvolver a crítica ao paradigma da produção neste artigo, é válido ressaltar que o uso do conceito de "reprodução" para designar as atividades atribuídas às mulheres, foi criticado por teóricas críticas. Isso porque, o próprio Marx o havia usado para designar a "continuidade e persistência cíclicas da produção ao longo do tempo". (CORNELL. BENHABBIB, 1987, p.03). Ademais, o conceito de produção, "que se baseia no modelo de um sujeito ativo transformando, fazendo e modelando um objeto que lhe é dado" (CORNELL. BENHABBIB, 1987, p.03) não seria adequado para caracterizar atividades como a procriação e criação. Essas atividades seriam melhor compreendidas não à luz de um modelo sujeito-objeto, mas enquanto atividades intersubjetivas, em um modelo sujeito-sujeito. Para as teóricas críticas Drucilla Cornell e Seyla Benhabib, o conceito de reprodução acaba reiterando a primazia da produção dentro do marxismo, mas inclui as atividades tipicamente femininas sob o modelo de trabalho, estritamente entendido como a produção e a formação de um objeto. Para mais, ver *Feminism as critique* (University of Minnesota Press, 1987).

iii) produzindo novos trabalhadores através do parto (BHATTACHARYA, 2013).[3]

Enquanto a economia formal é vista como espaço da produção de bens e serviços, a força de trabalho é produzida fora do âmbito da economia formal a um custo, se não muito baixo, nulo para o capital. Nesse sentido, as instâncias não econômicas do capitalismo são a condição de fundo que possibilita sua economia. É essa a tese de forte de *Capitalismo em Debate: uma conversa na Teoria Crítica,* de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi.

HISTÓRIA OFICIAL E HISTÓRIA DE FUNDO

Para garantir sua existência, os mercados dependem de relações sociais não mercantilizadas, que fornecem suas condições de possibilidade:

> Mercantilização não é unipresente nas sociedades capitalistas, e a razão para isso não é acidental. Na verdade, zonas e aspectos mercantilizados da vida coexistem com zonas e aspectos não mercantilizados da vida. Isso não é um acaso nem uma contingência empírica, a meu ver, mas uma característica inerente ao DNA do capitalismo. Na verdade, "coexistência" é um termo muito fraco para capturar a relação entre os aspectos mercantilizados e não mercantilizados de uma sociedade capitalista. Uma expressão adequada seria imbricação funcional ou, ainda melhor e mais simples, "dependência" (FRASER. JAEGGI, 2018, p.36).

Se são as zonas não mercantilizadas que sustentam o capitalismo funcionando, os esforços para totalizar a mercantilização são auto desestabilizadores, pois colocam em risco as condições de possibilidade de fundo do próprio mercado, que não são, elas mesmas, mercantilizadas. Por isso, "a sociedade não pode ser mercadoria até o fim" (FRASER. JAEGGI, 2018, p.36). [4]

A separação defendida por Fraser entre instâncias mercantilizadas e não mercantilizáveis não reitera uma concepção dualista de sociedade, na qual a cultura é apartada da esfera social ou, ainda, na qual as regras da economia param na porta de casa. Longe de reiterar uma divisão aos moldes habermasianos – cujas esferas do sistema e mundo da vida operam a partir de lógicas distintas – Fraser afirma que as instâncias não monetarizadas são um continuum das instâncias econômicas: essas práticas são "intracapitalistas" mas "extraeconomicas" (FRASER. JAEGGI. 2018, p.76). Nesse sentido, não existe um conjunto de práticas que estejam "dentro" ou "fora" do capitalismo.

[3] Ver artigo disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/. Fraser defende uma concepção mais ampla de reprodução: "reprodução abarca a criação, a socialização e a subjetivação de seres humanos de modo mais geral, em todos os seus aspectos. Ela também inclui o fazer e o refazer da cultura, das várias camadas de intersubjetividade que os seres humanos habitam", ver Capitalismo em debate, p. 48.

[4] A concepção de capitalismo assumida por Fraser é devedora tanto de Karl Marx quanto de Karl Polanyi. Com essa definição, Fraser procura se afastar da concepção de Lukacs sobre o capitalismo, segundo a qual "o capitalismo é um sistema totalizante que imprime a forma mercadoria em toda a parte, em todas as esferas da vida social. Uma gramática de vida baseada na forma mercadoria" (FRASER. JAEGGI. 2018, P. 68).

Fraser concebe o capitalismo de uma maneira mais ampla, enquanto uma ordem social institucionalizada fundamentada em divisões entre primeiro plano/plano de fundo: a história oficial da exploração depende de uma história de fundo da expropriação (FRASER. JAEGGI. 2018). Trazer as instâncias de fundo não remuneradas do capitalismo é o elemento que desafia o modelo marxista ortodoxo centrado na produção. Mas é no interior do próprio marxismo que se encontra as ferramentas para a análise das mudanças no diagnóstico. Se a separação das esferas de produção e reprodução foi central para a inserção do gênero enquanto categoria de opressão, a apropriação de Fraser da distinção marxiana entre exploração e expropriação é o que permite trazer à tona a dimensão racial da exploração capitalista.

Para Fraser, a distinção entre produção e reprodução e entre exploração e expropriação é o elemento unificador de todo sistema capitalista. Essas divisões não são contingentes historicamente, mas são condições fundantes do próprio capitalismo. A cada uma delas corresponde um regime de subjetivação política: enquanto a primeira convida a um regime de subjetivação gendrada, a segunda é marcada, desde o capitalismo mercantilista, por um processo de racialização (FRASER. JAEGGI, 2018, p.130).[5]

Na exploração ocorre a transferência do valor para o capital sob o disfarce da livre troca contratual. O capital paga pelo custo socialmente necessário da reprodução do trabalhador em forma de salário enquanto se apropria do excedente. Já a expropriação se caracteriza por um bruto confisco do trabalho, sem pagar pelos seus custos, mas não somente: há o confisco da "terra, animais, ferramentas, minerais e depósitos de energia, bem como de seres humanos, suas capacidades sexuais e reprodutivas, seus filhos e seus órgãos corporais" (FRASER. JAEGGI. 2018).

A diferenciação entre exploração e expropriação também corresponde a uma hierarquia de status em sociedades capitalistas, racistas e sexistas. Enquanto aos trabalhadores explorados é concedido o status de indivíduos e cidadãos portadores de direitos, que desfrutam da proteção do Estado e podem utilizar livremente a própria força de trabalho, os sujeitos à expropriação são seres não livres e dependentes, despojados de proteção política e tornados desamparados. Esse diferencial de status coincide com "populações muito racializadas, sem proteção política na sociedade capitalista" (FRASER. JAEGGI. 2018, p.58) e que

[5] Fraser e Jaeggi historicizam o capitalismo a partir de quatro fases: uma primeira fase mercantil, datada do século XVI ao XIX, seguida de sua fase liberal. O capitalismo administrado do século XX e o atual capitalismo neoliberal. Já em sua primeira fase, o capitalismo instaura regimes de subjetivação racializante. "Antes da exploração em larga escola dos trabalhadores na fábrica, veio a expropriação massiva dos corpos, do trabalho, da terra e da riqueza mineral, na Europa e na Ásia, mas, sobretudo, na África o no Novo Mundo". A expropriação encolheu a exploração no capitalismo comercial, o que teve implicações importantes na hierarquia de status. Por um lado, esse regime gerou os precursores das subjetivações racializantes que se tornaram plenas de consequências nas fases seguintes: "europeus" versus "nativos", indivíduos livres versus escravos, "brancos" versus "negros"." p.122.

não podem recorrer ao poder público para defendê-los da predação e da violência (FRASER. JAEGGI. 2018, p. 124).

Segundo o diagnóstico posto no *Manifesto Feminista para os 99%,* o capitalismo contemporâneo se encontra em uma crise de matriz tríplice que, embora não seja possível ser analisada senão em relação ao aspecto econômico, não pode simplesmente ser subsumido a ele. Há uma dimensão ecológica da crise: porque lidamos com a natureza como uma "torneira liberando a energia e matéria prima" e, por outro, porque a tratamos como uma "pia" absorvendo os resíduos (ARRUZZA. BHATTACHARYA. FRASER, 2019, p.102). Há uma dimensão política da crise: o capitalismo depende dos poderes públicos para estabelecer e fazer valer suas normas constitutivas o paradoxo está em que o capitalismo neoliberal tende a desestabilizar os poderes públicos dos quais depende. Por fim, há uma crise sociorreprodutiva: na medida em que o trabalho reprodutivo é condição *sine qua non* para a formação de trabalhadores, mas não é remunerado.[6]

Ao mesmo tempo que depende da natureza, da política e do cuidado para se sustentar, o capitalismo cada vez mais avança sobre eles. Seus esforços de crescimento são, ao mesmo tempo, ameaças de desestabilização de seu próprio fundamento: "se forçados a pagar pelos custos totais de renovação da natureza, pelo poder público e pela reprodução social, os lucros do capital definhariam a ponto de desaparecer."[7]

Fraser defende uma concepção mais ampla do capitalismo como ordem social institucionalizada, da qual se revela, como dito, eixos de dominação que não somente o da classe. A dominação de gênero, por exemplo, se inscreve na separação institucional entre produção e reprodução, bem como a dominação resultante das categorias de raça, nacionalidade e cidadania se inscreve nas separações entre exploração e expropriação. Nesse sentido, as lutas antirracistas, contra o imperialismo e o sexismo complexificam a definição padrão de "luta de classes". A definição do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada – que opera a partir de uma história "oficial" e uma história "de fundo" – é profícua para pensar as lutas anticapitalistas nos interstícios dessas esferas, a qual Fraser nomeia "lutas de fronteiras".

UNIFICANDO AS LUTAS: LUTAS DE CLASSES E LUTAS DE FRONTEIRAS

Ao longo do que se convencionou chamar "ondas" dos feminismos, o *lócus* da classe foi constantemente negociado. Enquanto o feminismo do pós-guerra "procurou aproximar o gênero do imaginário socialista", tendo a

[6] Outras condições de fundo incluem as funções de governança desempenhadas pelos poderes públicos e a disponibilidade da natureza como uma fonte de 'insumos produtivos' e um 'sumidouro' para os resíduos da produção. Neste artigo, contudo, procuramos nos concentrar na maneira como a economia capitalista depende de atividades de cuidado que produzem e mantêm laços sociais, embora não as remunere e as trate como gratuitas.

[7] ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2019, p.104

exploração do trabalho como elemento orientador das lutas, o feminismo das décadas de 1960 e 1970 se caracterizou pela aposta em questões de reconhecimento da diferença.[8] Na leitura de Fraser, o feminismo do pós socialismo visava mais a valorização da diferença do que a promoção da igualdade: assistiu-se a "autonomização do projeto cultural – seu apartamento do projeto de transformação político-econômica e de justiça distributiva" (FRASER, 2013, p.296).

Ao menos desde o fim do século XIX, com o discurso de Soujurner Truth na convenção dos direitos das mulheres em Ohio, a categoria "mulher" enquanto sujeito do feminismo é duramente questionada. A denúncia da "mulher" universal foi crucial para a constatação de que, se as opressões são múltiplas e específicas, as pautas de resistência também devem ser. E aí a questão da diferença precisou ser levada a sério pelos movimentos de mulheres, dentre outros motivos porque as próprias normas de gênero variam enormemente dependendo da raça, etnicidade, classe, sexualidade, geração, nacionalidade etc (GATTENS, p.44). Contudo, com a ascensão de um neoliberalismo progressista, que "celebra a diversidade em benefício próprio" e "combina ideais truncados de emancipação e formas letais de financeirização" (Fraser, 2017), os insights antieconomicistas da segunda onda foram incorporados em um imaginário político que colocou questões culturais em um primeiro plano, reforçando uma concepção teórica que separa a esfera cultural da esfera política e social. O capitalismo corresponderia à primeira enquanto o patriarcado as últimas (RUAS, 2020).

Um feminismo de orientação marxista – ou um *feminismo para os 99% - não pode isolar o* gênero dos outros marcadores sociais. Como defendem Fraser, Jaeggi, Aruzza e Bhattacharya, a eleição de um marcador como "condição primária" das relações de dominação leva a disputas improfícuas de hierarquização entre relações de gênero, raça e classe. Uma revisão genuína da gênese do capitalismo, do sexismo e do racismo depende da recusa em reiterar abordagens aditivas, que colocam os marcadores como camadas que podem ser acrescentadas para a análise social *in situ*:

> Longe de conceber o capitalismo, o patriarcado e a supremacia branca como "sistemas" separados, que se articulam de forma misteriosa, proponho uma teoria unificada, na qual todos os modos de opressão (gênero, raça e classe) estejam estruturalmente ancorados numa

[8]No que tange ao feminismo teórico e ocidental, convencionou-se dividi-lo em três grandes ondas. Uma primeira onda ao fim do século XIX, cuja pauta principal era o sufrágio universal e o abolicionismo. Uma segunda onda, localizada nos anos 1960 e que se debruçava sobre pautas de sexualidade e trabalho e de cuja obra "O Segundo Sexo" funcionou como referencial. A terceira onda é inaugurada no fim dos anos 1980, com a denúncia feita, sobretudo por teóricas negras, à branquitude utilizada como paradigma das lutas feministas. É claro que a essas ondas refletem uma convenção perpassada por relações de poder e que toda tentativa de categorizar suas pautas, são também, um ocultamento da multiplicidade de demandas. É com essa orientação que Nancy Fraser procura identificar as mudanças nas reivindicações no interior do feminismo da segunda onda. Segundo a filósofa, a história do feminismo da segunda onda passa por três fases. Em um primeiro momento, estava intimamente ligado aos novos movimentos sociais que sugiram no caldo das práticas de contracultura. Na Segunda fase, começou-se a lidar com pautas consideradas mais identitárias e, nesse sentido, escantear pautas consideradas redistributivas. Em uma terceira fase, o feminismo passa a ser visto como uma forma de atuação transnacional. FRASER, Nancy. Mapeando a Imaginação Feminista, p. 293.

> única formação social – no capitalismo, compreendido de modo amplo como uma ordem social institucionalizada. Ao contrário das teorias interseccionais que tendem a ser descritivas, focadas nos modos pelos quais as posições de sujeição existentes atravessam umas as outras, minha concepção é explicativa. Olhando para trás daquelas posições de sujeição, para a ordem social que as gera, identifico os mecanismos institucionais por meio dos quais a sociedade capitalista produz gênero, raça e classe como eixos de dominação que se atravessam (FRASER. JAEGGI. 2018, p.129).

Embora a divisão de gênero e raça possa ser anterior, é somente no capitalismo que assume sua forma moderna de hierarquização e supremacia masculina. A agudeza do argumento de Fraser e Jaeggi está em defender que gênero e raça não são resultados da consolidação do capitalismo, mas são produzidas por ele e funcionam como sua condição fundante.

O questionamento do enfoque economicista abriu espaço para explorar uma ampla gama de questões culturais como gênero, raça, sexualidade e identidade. Se de um lado, é preciso que os feminismos se comprometam com uma revisão do marxismo ortodoxo a fim de evitar um reducionismo econômico, de outro, é preciso estar atento para que essa crítica não leve a um enfoque excessivamente culturalista, que se centre majoritamente em pautas identitárias. É preciso restabelecer o equilíbrio (ARRUZZA. BHATTACHARYA. FRASER, 2018, P.19).

A teoria marxiana aposta na classe trabalhadora enquanto sujeito revolucionário. Nesse sentido, ela representaria a humanidade como um todo na luta anticapitalista. A consequência dessa aposta é a hipostasia das vozes dos outros também afetados pelos imperativos do capital. Para Benhabib, Marx coloca a classe trabalhadora representante da "humanidade" e isso implica a uma espécie de "política de particularidade coletiva", ou, nos termos da autora, em “um modo de política em que um grupo ou organização atua em nome do todo” (BENHABIB, 1986, P.347). Os trabalhadores são os protagonistas paradigmáticos da luta de classes” e essa proposição “exclui as lutas em torno do trabalho não assalariado e não expropriado" (FRASER, BHATTACHARYA, ARUZZA, p.186). Nesse sentido, os movimentos feministas, negros e pós-coloniais, desafiam o reducionismo que entende a classe trabalhadora como uma abstração vazia e homogênea e passam a considerá-la enquanto composta por todas as relações que formam e repõem a mão de obra e cujos trabalhos não são exercidos em troca de salários nas fábricas e nas minas, mas também no campo e nas residências particulares (FRASER, BHATTACHARYA, ARUZZA, p.55).

A classe é composta por todas as relações que formam e repõem a mão de obra. Nesse sentido, a luta de classes terá que incorporar todas aquelas batalhas que ajudam o barateamento da mão de obra. Resulta que também sejam revistos os eixos a partir dos quais se organizam as lutas anticapitalistas: e é no conceito de “lutas de fronteiras” que Fraser e Jaeggi apostam.

Por luta de fronteira podemos entender os conflitos que emergem a partir das contestações e negociações entre as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo; os conflitos sociais que se centram em (e contesta as) separações institucionais do capitalismo. Nesse sentido, se caracterizam como esforços para redesenhar as fronteiras institucionais entre as esferas. Essas contestações não emergem de "dentro" da economia, mas dos pontos em que a reprodução encontra a produção. Ademais, não se pode delimitar quais são os pontos de "encontro" dos movimentos de fronteiras, nem tampouco oferecer uma concepção "essencialista das fronteiras" – essa negociação está a cargo dos agentes sociais.

É importante ressaltar que as lutas de fronteira não são nem adições nem substituições das lutas de classe em sentido estrito, mas defende uma visão expandida da luta de classes que também

> abarca lutas em torno do trabalho não assalariado e expropriado, incluindo a reprodução social, e em torno das condições naturais e políticas que lhe dão sustentação. Lutas de fronteira se sobrepõem e se entrelaçam com as lutas de classe nesse sentido expandido, assim como se sobrepõem e se entrelaçam com lutas de gênero e com lutas em torno da opressão racial e da predação imperial. Na verdade, eu diria que a distinção é, em grande medida, uma questão de perspectiva. Usar a expressão "lutas de fronteira" é enfatizar como o conflito social se centra em (e contesta as) separações institucionais do capitalismo. Utilizar o conceito (expandido) de luta de classes é, por contraste, enfatizar as divisões de grupo e as assimetrias de poder correlatas a essas separações. Em muitos casos, senão em todos, uma mesma luta social pode ser vista produtivamente das duas perspectivas. Na verdade, eu diria que, em tais casos, ela *deveria* ser vista das duas perspectivas (FRASER. JAEGGI. 2020, p.188).

Toda tentativa de enquadrar as lutas em uma categoria específica – seja classe, gênero, raça, nacionalidade, etnia –, escorrega na consideração das características estruturais-institucionais subjacentes das sociedades capitalistas, com as quais a dominação está entrelaçada e por meio das quais é organizada.

Ainda que Fraser distinga lutas de classe de lutas de fronteira, esta diferenciação é meramente analítica, uma vez que as disputas sociais reais contêm elementos de ambas. Quando se enxerga as lutas de um modo "biperspectivo" – ou seja, quando o marxismo ortodoxo se deixa desafiar pelos movimentos organizados por eixos que não a classe e, quando as lutas por reconhecimento incorporam a dimensão econômica – se ganha acesso a todo um novo conjunto de proposições que desafiam de modo mais profundo o capitalismo do presente e nos permitem examinar "as lutas e os desejos de nossa época" de modo mais complexo e crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZA, Cinzia. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019.

ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Titi. FRASER, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

BENHABIB, Seyla. *Critique, Norm and Utopia*: *A Study in the Foundations of Critical Theory***.** New York: Columbia University Press,1986.

_____. *Feminismo como Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1987. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro

_____. *Situating the Self*: *Gender, Community and Post-Modernism in Contemporary Ethics.* Cambridge, UK. Polity Press, 1992.

BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1987.

BHANDAR, Brenda. Silva, Denise. F. (2017). *A Síndrome cansei da feminista branca*. Recuperado de: https://www.geledes.org.br/sindrome-cansei-da-feminista-branca-uma-resposta-nancy-fraser/. Acesso em: 5 de agosto de 2020.

BHATTACHARYA, Titi**.** (2013). *What is Social Reproduction Theory?* Recuperado de: https://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory. Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

FRASER, Nancy. (2017). *Como o feminismo se tornou empregada do capitalismo*. Recuperado de: https://iela.ufsc.br/noticia/como-o-feminismo-se-tornou-empregada-do-capitalismo-e-como-resgata-lo. Acesso em: 5 de agosto de 2020.

_____. "*Mapeando a Imaginação Feminista: da distribuição ao reconhecimento e à representação*". Estudos Feministas. Florianópolis. Maio-agosto, 2007.

_____. "*Contradictions of Capital and Care*", *New Left Review*, n. 100, 2016.

FRASER, Nancy. JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica.* Boitempo. São Paulo, 2018.

MARX, Karl. *O Capital*. Boitempo. São Paulo, 2015.

MOLESWORTH, William. *The English Works of Thomas Hobbes,* Darmstadt, 1966, p. 109.

NOBRE, Marcos. *Curso Livre de Teoria Crítica*, Papirus. Campinas, 2008.

RUAS, Rhaysa. "*Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas*". Revista Direito e Práxis, *Ahead of print,* Rio de Janeiro, 2020. DOI: 10.1590/2179- 8966/2020/46086

SANTOS, Vinicius. *Trabalho Imaterial e Teoria do Valor em Marx*. Expressão Popular. São Paulo, 2013.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women:* Toward a Unitary Theory. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].